

POVO LIVRE

Comércio ilícito e tráfico humano GOVERNO PROMETE MAS **NÃO FAZ NADA**

Luís Montenegro acusou o Governo de “falta de vontade” política para acabar com as atividades criminosas relacionadas com a captura ilícita, comércio e tráfico internacional de bivalves no estuário do rio Tejo

03 PRESIDENTE

É preciso dignificar as forças de segurança

Luís Montenegro defende a dignificação das forças de segurança, assegurando melhores condições de trabalho a todos os agentes da autoridade e de investigação policial

11 LOCAIS

PSD de Braga defende redução da sinistralidade na A28

A distrital de Braga do PSD defende a adoção de “medidas suplementares de segurança” que reduzam a sinistralidade na A28, no troço que atravessa o concelho de Esposende

16 REGIONAIS

3,9 milhões de euros para requalificar escolas da ilha Terceira

O PSD da Terceira elogiou “a aposta” do Governo da Coligação, na requalificação da rede escolar da ilha, “através da abertura de concursos para obras de reabilitação”

Alerta Vermelho

A rebelião iniciada por Yevgeny Prigozhin, líder do grupo Wagner, provocou um fortíssimo e inesperado abalo na Rússia

EMÍLIA SANTOS

Diretora do Povo Livre

O que temos vindo a testemunhar, desde o fim de semana passado, na Rússia, é algo de verdadeiramente preocupante e que merece a maior atenção dos responsáveis políticos.

Um exército propriedade de uma empresa privada, inteiramente financiado por uma das maiores potências militares mundiais – e com o maior arsenal nuclear do globo –, rebelou-se contra o seu patrono e ousou marchar até ficar a uns curtos 200 km de distância de Moscovo.

No contexto de enorme instabilidade que se vive no leste da Europa em consequência do conflito na Ucrânia, com todas as mexidas no tabuleiro geoestratégico mundial, testemunhar tal fenómeno leva-nos a questionar alguns pontos que eram tidos como quase inabaláveis. Desde logo, a solidez do regime russo e da liderança de Vladimir Putin.

A rebelião iniciada por Yevgeny Prigozhin, líder do grupo Wagner, motivada, muito provavelmente, pela necessidade de rever o processo negocial de uma empresa prestadora de serviços com o seu financiador, provocou um fortíssimo e inesperado abalo na Rússia. Foi o próprio Vladimir Putin a reconhecer, entretanto, a ameaça de uma guerra civil que chegou a pairar no horizonte e a anunciar o fim daquele grupo de mercenários e a promessa de punir os líderes da insurreição.

É cedo, demasiado cedo, para termos certezas quanto aos acontecimentos, ocorridos e a decorrer, e ainda menos em relação ao futuro. A complexidade deste cenário exige ponderação e rigor. Podemos afirmar, com alguma segurança, que a iniciativa liderada por Yevgeny Prigozhin é uma consequência da conjugação de vários fatores, como a insatisfação quanto às estratégias militares seguidas pelos responsáveis máximos das forças armadas russas, a falta de financiamento, jogos de poder nos bastidores político-militares russos, entre outros aspetos. Da mesma forma, também se pode acreditar que as fraquezas expostas pelo movimento do exército de mercenários poderão ser exploradas pelos opositores de Vladimir Putin – os que se identificam com ideais democráticos, mas também os opositores que estão instalados no regime oligárquico russo –, mas também pelos líderes ucranianos, usando a sua oleada máquina de propaganda



para reforçar o alento das suas tropas e, ao mesmo tempo, desmoralizar o inimigo. Como podemos prever, ainda, o aumento do capital de influência de Aleksandr Lukashenko, presidente da Bielorrússia, que assumiu o papel de mediador nesta situação.

O que é indesmentível é que, de facto, estes acontecimentos provocaram também um enorme sobressalto internacional. A apreensão que se instalou foi comum na Europa, nos Estados Unidos da América e na China. Arrisco dizer que a ninguém agradou, e agrada, a perspetiva de ver a Rússia mergulhada numa guerra civil, que colocaria todo um potencial militar e nuclear exposto e acessível a organizações e personalidades ainda mais obscuras do que as que se conhecem.

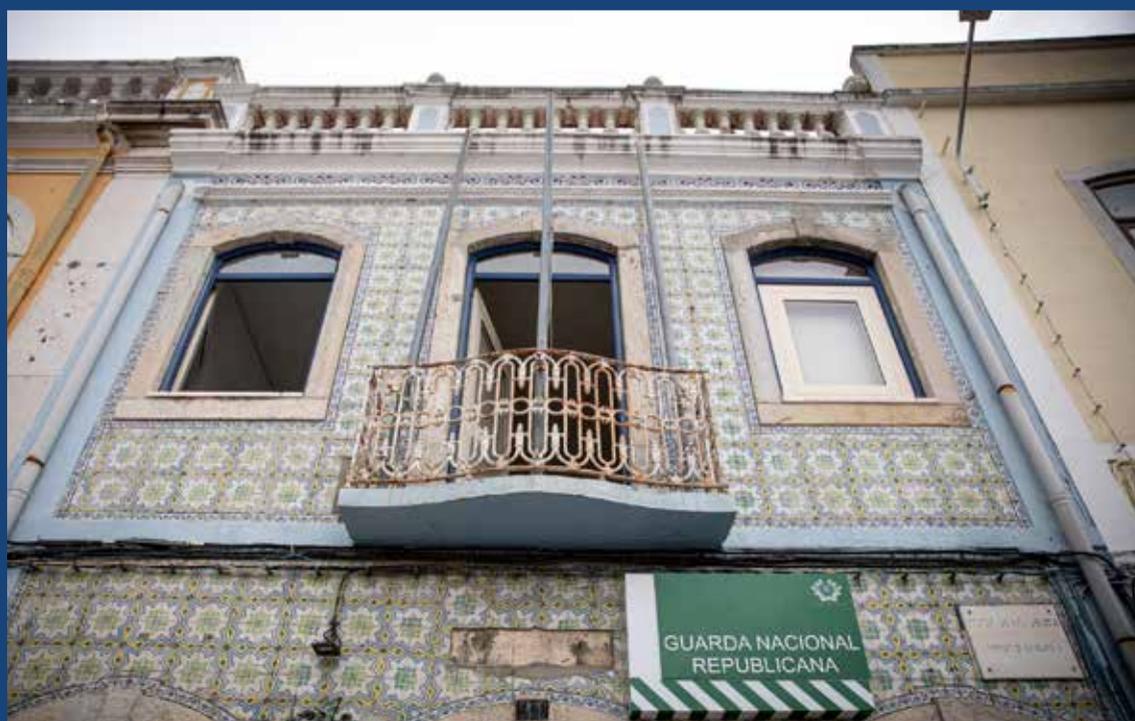
Em 2015, foi publicado, em Portugal, o livro “Alerta Vermelho”, no qual Bill Browder, CEO da Hermitage Capital, uma das empresas de fundos de investimento mais bem-sucedidas do mundo, conta a história real de como passou do maior investidor estrangeiro na Rússia até à súbita proibição de entrar no país. Nas suas páginas, revela-se o nível impressionante de fraude, corrupção, chantagem, perseguição, extorsão e tortura que caracterizam o regime, definido por criminoso e sem escrúpulos, liderado por Vladimir Putin.

É num ecossistema com aquelas características que florescem fenómenos como o Grupo Wagner liderado por Yevgeny Prigozhin e, também, que se dita a sua substituição ou mesmo o seu fim. Os desenvolvimentos dos próximos dias poderão clarificar as dúvidas que subsistem, mas o que todos gostariam de testemunhar seria, sem dúvida, o fim de uma invasão injustificável que está na origem da guerra na Ucrânia, o estabelecimento de um regime verdadeiramente democrático na Rússia e a pacificação de toda uma região, em nome dos muitos milhões de pessoas afetadas pela irresponsabilidade e insensatez de um líder oligarca.

É PRECISO DIGNIFICAR AS FORÇAS DE SEGURANÇA



Luís Montenegro defende a dignificação das forças de segurança, assegurando melhores condições de trabalho a todos os agentes da autoridade e de investigação policial.





“É preciso, efetivamente, dar condições de trabalho, equipamentos e meios humanos aos quartéis, postos da GNR e [esquadras] da PSP, para que haja uma dissuasão dos comportamentos criminais”, sublinhou.

Na quarta-feira, 21 de junho, depois de visitar o Quartel da GNR da Moita e o Posto Territorial da GNR de Santo António da Charneca, no Barreiro, o Presidente do PSD constatou que não existem “condições mínimas” para o exercício de funções por parte dos militares.

O Presidente do PSD lamenta “a ausência de políticas sociais integradas, que conciliem, por um lado, a oferta de condições dignas de habitação e, por outro, a convivência entre pessoas que têm diferentes perfis”. Para Luís Montenegro, só através de “políticas públicas” na educação, na cultura e no desporto é possível “mitigar a conflitualidade” e os fenómenos de criminalidade.

“Há fenómenos de criminalidade que não podem ser subestimados.

Fiquei impressionado com os relatos de aumento do crime de violência doméstica”, referiu.

Luís Montenegro volta a alertar que “os serviços públicos estão a defi-

nhar” e “a administração pública tem grandes dificuldades em atrair e distribuir recursos humanos, mesmo nos grandes centros urbanos”.

“Sentir Portugal em Setúbal” percorrerá esta semana os 13 concelhos da região, pretende contactar com a realidade local e dialogar com os cidadãos, famílias, municípios e instituições.



MARISCADORES NO RIO TEJO

GOVERNO PROMETE MAS NÃO FAZ NADA

O Presidente do PSD acusa o Governo de “falta de vontade” política para acabar com as atividades criminosas relacionadas com a captura ilícita, comércio e tráfico internacional de bivalves no estuário do rio Tejo. Estas práticas acentuam a exploração e o tráfico de pessoas e, além disso, prejudicam os pescadores e mariscadores da região.

“É um falhanço em toda a linha. Em primeiro lugar, porque não há cumprimento da legislação, não há fiscalização, não há repressão eficaz. Em segundo lugar, não se cumprem as promessas para que a atividade possa ser legalizada. E em terceiro lugar, a política de imigração não funciona”, lamentou.

Na praia fluvial do Samouco, em Alcochete, na quinta-feira, depois de contactar com mariscadores do estuário do Tejo, Luís Montenegro enfatizou que a resolução do problema “está dependente do Governo”. “Ter autoridades que sejam diligentes ou ter investimentos públicos que estão engavetados há vários anos só depende do Governo e do PS. Tem a maioria absoluta no Parlamento, tem a maioria das câmaras municipais nesta região, tem todos os instrumentos de financiamento como nunca um governo teve em Portugal. Não é por falta de



“Nós não estamos aqui por causa da operação [das autoridades]. Estamos conscientes de que este problema existe. (...) Os governos não podem eternamente prometer coisas que depois não cumprem”, assinalou.

“Sentir Portugal em Setúbal” percorreu os 13 concelhos do distrito sadino: Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines.

JOSÉ MANUEL FERNANDES ADVERTE PARA O RISCO DE AUMENTO DE POPULISTAS

José Manuel Fernandes advertiu para o risco do aumento de populistas no Parlamento Europeu nas eleições que vão decorrer em junho de 2024.

No balanço da visita ao Brasil de membros da Comissão dos Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu, o eurodeputado do PSD defendeu que o “mundo precisa cada vez mais de moderados porque eles começam a encolher” e que a “extrema-direita e extrema-esquerda, aumentando, dificultam consensos”.

“No Parlamento Europeu, [em] mais de 90% das votações a extrema-direita e extrema-esquerda votam no mesmo sentido”, disse.

A Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, apelou na Assembleia da República à participação dos jovens contra o extremismo, defendendo ainda os direitos dos migrantes e a legislação europeia que regula a Inteligência Artificial.

“Estou aqui para apelar às pessoas - aos jovens em particular - para que não cedam ao conforto do cinismo fácil, para que não aceitem uma retirada tranquila para os extremos e para as franjas políticas”, disse Metsola perante os deputados portugueses, a um ano das eleições europeias.

José Manuel Fernandes, eurodeputado do Partido Social Democrata (PSD) que integra o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), ao recordar as palavras de Roberta Metsola, disse ainda que há um grande trabalho que tem de ser feito em Portugal.

“Portugal é dos países onde há uma grande percentagem de cidadãos a reconhecer os benefícios da União Europeia e que menos votam”, disse.

“Os jovens são ainda dos que mais gostam da União Europeia e votam menos ainda”, acrescentou.

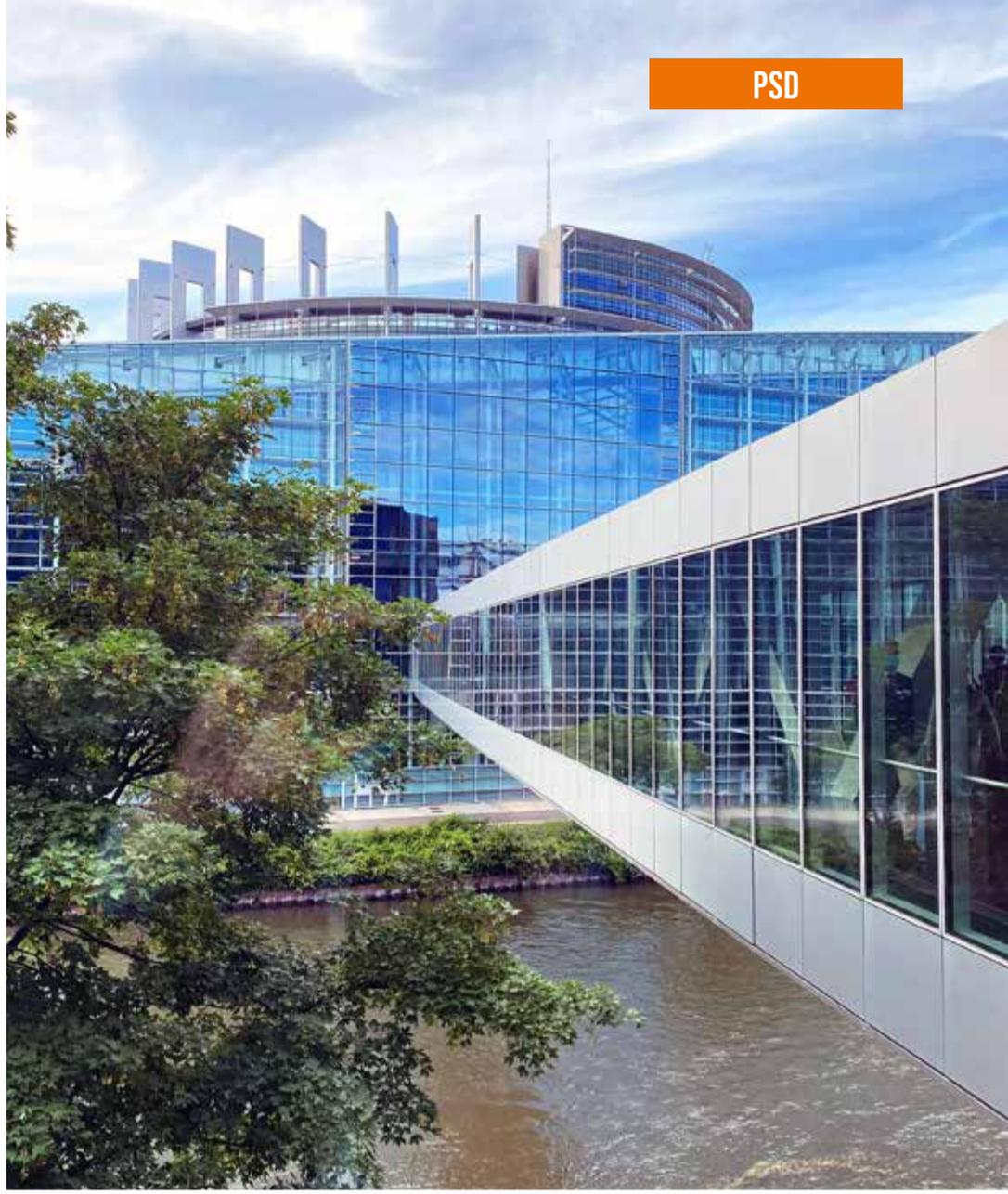
Para o eurodeputado, é necessário combater as causas do crescimento dos extremos, como o aumento das desigualdades, a “frustração e falta de esperança”.

“Há gerações que olham para os pais e sentem que vão ter menos sucesso que eles”, sublinhou.





Os jovens são ainda dos que mais gostam da União Europeia e votam menos ainda



PAULA CALADO (1970 - 2023)

O Partido Social Democrata expressou “profundo pesar” pelo falecimento, no sábado, da vereadora da Câmara Municipal de Elvas, Paula Calado, após um acidente de viação.

A vereadora, eleita em 2021 pela coligação PSD/CDS-PP e que tinha os pelouros da Divisão de Cultura e Turismo, “deixa saudade em todos os que com ela se cruzaram”, destaca o PSD numa nota enviada à imprensa.

“No PSD, foram vários os cargos que ocupou ao longo da vida. Confrontados com esta notícia, que a todos apanhou de surpresa, fica a certeza de que o seu sorriso deixa saudade em todos os que com ela se cruzaram. Neste momento de grande consternação, o PSD expressa as mais sentidas condolências a toda a família e amigos”, divulgou o PSD.

“A Câmara Municipal de Elvas ao tomar conhecimento do seu falecimento, emite um voto de pesar em honra à vida e à memória da autarca” e “decreta também os dias 25, 26 e 27 de junho, como dias de luto municipal, expressando o mais profundo e sentido pesar pelo triste acontecimento, em nome de todo o

executivo”, afirmava a autarquia, em comunicado.

Era atualmente responsável pelos pelouros da Divisão de Cultura e

Turismo, e todas as transferências recebidas pelo município (Castelo), gestão do Forte da Graça e do Forte de Santa Luzia, dos Museus Municipais, da Biblioteca Municipal de Elvas Dr.ª Elsa Grilo e Arquivos, da coordenação de Elvas Património Mundial e da Feira Agrícola.

Docente de profissão, era licenciada em Ensino de Português e Inglês pela Universidade de Évora, antes de assumir funções executivas no município de Elvas, lecionava na Escola Secundária D. Sancho II de Elvas e no Instituto Politécnico de Portalegre.

Nascida em 21 de dezembro de 1972, Paula Calado foi vogal da Comissão Política Nacional e vogal da Comissão Política da Distrital de Portalegre do PSD. Foi candidata às eleições europeias de 2019 e candidata à Câmara Municipal de Elvas nas autárquicas de 2019.



APOIO ÀS RENDAS

PSD QUER OUVIR FERNANDO MEDINA E MARINA GONÇALVES

O PSD quer ouvir no parlamento os ministros das Finanças e da Habitação sobre o despacho do Governo relativo ao apoio às rendas, exigindo que o executivo torne o documento público e acusando-o de “vender gato por lebre”.



António Leitão Amaro disse que os sociais-democratas querem que Fernando Medina e Marina Gonçalves deem explicações no parlamento pelo que classificou como uma “brutal cativação”.

O vice-Presidente social-democrata exigiu “de imediato” que o Governo torne público o despacho interno das Finanças que, segundo o “Diário de Notícias” e o “Dinheiro Vivo”, alterou o decreto-lei, determinando um corte no apoio às rendas.

Este pedido de divulgação, segundo o social-democrata, será formalizado através do parlamento.

Leitão Amaro identificou três pro-

blemas face às notícias que vieram hoje a público, sendo “o maior” o facto de existirem milhares – pelas contas do PSD, “mais de 100 mil portugueses” – que ficaram “de fora de um apoio a que tinham direito, e milhares de portugueses que tiveram menos, muito menos apoio, do que o Governo prometeu e que a lei lhes dava direito”.

“O segundo problema é a de uma aparente ilegalidade: um despacho contrariar a lei é algo que obviamente, a confirmar-se, se assim aconteceu, não é admissível”, considerou.

Por fim, Leitão Amaro acusou o Governo de “uma fraude democrática” e de “vender gato por lebre”.

“O Governo prometeu um apoio automático, com certas condições e afinal, depois, por despacho, na secretaria, sem ser conhecido, dá bastante menos”, apontou.

Acusando o executivo socialista de “um profundo desrespeito pelos portugueses”, Leitão Amaro defendeu que “esta opção nas finanças públicas de vender gato por lebre, de prometer e anunciar uma coisa e depois tirar, é um padrão recorrente no Governo”.

Um despacho interno das Finanças, assinado em 1 de junho pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Nuno Félix, instruiu os serviços da Autoridade Tributária (AT) a cor-

tar na fórmula de cálculo do apoio às rendas destinado a inquilinos com rendimentos anuais até 38.632 euros, referentes a 2021, e com uma taxa de esforço igual ou superior a 35%, alterando os critérios previstos na lei e determinando um corte no apoio às rendas. Os serviços estão a considerar o rendimento bruto e as pensões de alimentos, em vez da matéria coletável, o que dita uma prestação mais baixa ou a exclusão, evitando aumentar o impacto da medida de 240 milhões para mil milhões de euros.

VILA DE REI RECEBE 4,2 MILHÕES DE EUROS PARA HABITAÇÃO A CUSTO ACESSÍVEL



O concelho de Vila de Rei vai receber 4,2 milhões de euros, para criação de habitação a custo acessível.

Em comunicado, a Câmara de Vila de Rei explica que esta verba surge no âmbito de um protocolo assinado entre os 13 municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

No caso de Vila de Rei, está já prevista a construção de novos 35

fogos para habitação, com 30 em habitação coletiva (15 T2 e 15 T3), divididos por cinco prédios, e cinco em habitação isolada.

Os projetos são financiados com verbas provenientes do empréstimo concedido no âmbito do investimento no Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis da componente Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O vice-Presidente da Câmara de

Vila de Rei sublinha que o reforço da oferta habitacional, com rendas acessíveis para famílias “que, dado a valor das rendas, não encontram resposta no mercado, é uma questão prioritária e que necessita de uma urgente resolução”.

“Esta verba que o município de Vila de Rei irá receber, permite-nos fortalecer o nosso parque habitacional, reforçando as nossas políticas de habitação atrativas”, referiu Paulo César Luís.



Está já prevista a construção de 35 novos fogos

PSD DE BRAGA DEFENDE REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE NA A28

A Distrital de Braga do PSD defende a adoção de “medidas suplementares de segurança” que reduzam a sinistralidade na Autoestrada 28 (A28), no troço que atravessa o concelho de Esposende.

Em comunicado, a Distrital acrescenta que, através dos deputados eleitos pelo círculo de Braga, vai questionar o Governo sobre a “insegurança constante” naquela autoestrada.

O PSD, lê-se no comunicado, “reclama aos ministérios das Infraestruturas de Portugal e da Administração Interna que exijam junto da concessionária a adoção de medidas suplementares de segurança, que reduzam a sinistralidade, nomeadamente no troço que atravessa o concelho de Esposende”.

Sublinha que “são muitos os acidentes graves, e alguns mortais”, ali registados, “devido à inclinação acentuada entre os nós de Esposende e Antas (saídas 19 e 20), em ambos os sentidos, que obriga os condutores a fazerem uma redução drástica de velocidade dos seus veículos, nomeadamente dos pesados, redução essa impercetível para a maioria dos condutores”.

A Distrital do PSD junta-se, assim, ao presidente da Câmara de Esposende, o também social-democrata Benjamim Pereira, que há dias alertou para o facto de a A28 não reunir “características técnicas para ser considerada uma autoestrada, tendo sido concebida, numa fase inicial, para ser considerada como via de itinerário principal”.

A Câmara Esposende reclamou, por isso, a instalação imediata de um reforço de sinalização vertical e horizontal, capaz de identificar, com



a devida distância de segurança, aqueles “pontos negros” na A28 e a construção de vias especiais para circulação de veículos lentos.

Também o líder da concelhia do PSD de Esposende, Agostinho Silva, sublinhou a necessidade da “ado-

ção de medidas suplementares que reduzam a sinistralidade na A28, nomeadamente no troço que atravessa aquele concelho.

PSD DE VILA REAL PREOCUPADO COM A FALTA DE INVESTIMENTO NA FREGUESIA DE ARROIOS



O PSD de Vila Real realizou no sábado, 24 de junho, mais uma edição do "Roteiro pelas Freguesias", desta vez percorrendo a freguesias de Arroios. Nesta localidade, "a importante densidade populacional contrasta com a inexistência de desenvolvimento económico-empresarial".

"É uma questão que deve conduzir a uma reflexão: por que não investem as pessoas em Arroios? Por que encerram os poucos cafés, restaurantes e pequenos empreendimentos locais? Paralelamente, a esta realidade constata-se ainda a inexistência de passeios pedonais em inúmeras zonas, facto que condiciona a mobilidade da população e até a segurança da mesma", afirmou a Comissão Política de Secção do PSD de Vila Real, em comunicado.

Segundo Luís Tão, Presidente da Secção do PSD de Vila Real, "é notória a discrepância que há entre os milhões que o executivo socialista anuncia constantemente no apoio às freguesias com a realidade que se verifica no terreno. Não há obra, há desleixo nas simples manutenções e uma falta de critério gritante no que concerne ao escasso dinheiro aplicado".

"Estes contactos do PSD com as populações têm evidenciado a falácia das narrativas socialistas e tem realçado a necessidade urgente de uma mudança de paradigma onde as populações das freguesias sejam efetivamente respeitadas e valorizadas. É este o compromisso que o PSD assume, estando certos de que através deste investimento todo o concelho poderá crescer", enfatizou.



CÂMARA DE VISEU AVANÇA COM PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA EN16 ATÉ À A25

A Câmara de Viseu aprovou, no dia 22 de junho, a elaboração do projeto de duplicação da Estrada Nacional 16 (EN16), entre um dos acessos à zona industrial de Coimbrões e a autoestrada 25 (A25).

“Uma parte da estrada já está duplicada, entre a rotunda do Viso e o hipermercado, em direção a Mangualde. Agora vamos elaborar um projeto para duplicar a estrada até ao nó de acesso à A25”, revelou o Presidente da Câmara Municipal de Viseu.

Fernando Ruas adiantou que a autarquia “tinha um esboço de projeto, há muito tempo, e, agora um projeto definitivo será feito através de dois organismos diferentes da Câmara,

tendo em conta que uma parte está feita”.

“Os departamentos vão conciliar os projetos, desde o hipermercado até à A25 e o outro que já está feito (até à rotunda do Viso), para não haver uma tipologia diferente” na EN16, especificou.

Fernando Ruas, que falava no final da reunião do executivo municipal, indicou que a elaboração do projeto foi aprovada, pela câmara, por unanimidade, mas “o problema do financiamento continua” a existir.

“Espero arranjar [financiamento], ou seja, espero que a lógica das áreas de localização empresarial funcione também para aqui, porque trata-se

da ligação mais adequada ao nosso parque industrial” de Coimbrões, sublinhou.

“Esta lógica funcionou noutros lados”, designadamente em Aveiro, e, por isso, Fernando Ruas espera “que funcione também em Viseu”, realçou.

Esta obra rondará os 3,3 milhões de euros para uma extensão de 1,5 quilómetros.

Na reunião pública do executivo, Fernando Ruas relevou “a importância da duplicação” daquele troço da EN16, “entre o acesso à zona industrial e a autoestrada”, que liga Aveiro, Viseu e Guarda a Espanha.



PRESIDENTE DA CÂMARA DE ALBUFEIRA PEDE MAIS MEIOS DE EMERGÊNCIA MÉDICA



O Presidente da Câmara de Albufeira exige um reforço dos meios de emergência médica que prestam socorro no concelho para dar uma resposta mais eficaz aos residentes e aos visitantes que visitam o município no de verão.

O autarca da Câmara algarvia, José Carlos Rolo, manifestou a sua “preocupação” com a resposta que é dada em Albufeira em termos de emergência médica e defendeu a necessidade de haver “mais ambulâncias devidamente equipadas” para poder haver uma resposta atempada a uma população que cresce durante o verão com os turistas que escolhem a região do Algarve para passar férias.

“É urgente o reforço de ambulâncias no concelho de Albufeira, bem como de pessoal especializado, para dar resposta às necessidades crescentes, quer por parte da população residente, quer por parte da população flutuante. Não tarda, temos mais um verão, onde o número de visitantes cresce exponencialmente”, defendeu o autarca, citado num comunicado do município.

José Carlos Rolo recordou que, em agosto, realiza-se em Portugal a Jornada Mundial da Juventude, evento que, considerou, “não será um fenómeno de turismo apenas em Lisboa, mas em todo o país”, sendo expectável um “acréscimo ainda mais significativo de pessoas” em Albufeira.

“Vir a Portugal em pleno verão e não visitar o Algarve é, para muitos, o mesmo que ir à Jornada Mundial da Juventude e não ver o Papa”, argumentou o presidente da Câmara do distrito de Faro, que já fez o pedido de reforço de meios ao Governo, numa reunião mantida na semana passada com a secretária de Estado da Promoção da Saúde, Margarida Tavares.

O autarca apelou à tutela para que tenha “atenção para um problema que tem vindo a preocupar, de modo premente, a agenda do executivo” municipal, e garanta um reforço dos meios de emergência médica que prestam socorro no concelho.

“É uma exigência legítima. Da nossa parte, estamos abertos a colaborar com o Governo, pois na realidade, o que tem sido feito nesta área não é o suficiente”, avaliou José Carlos Rolo, considerando que esta é uma área na qual “não se pode fazer operações de maquilhagem” por estar em causa “a vida humana e, consequentemente, a imagem de um país e de uma região” que tem como principal atividade o turismo.

Além do número de ambulâncias, o autarca quer também ver reforçados os “respetivos equipamentos e recursos humanos” para evitar situações que são reportadas na comunicação social sobre casos de pessoas que “perdem a vida pelo caminho, devido à elevada demora no socorro”, disse.

APOSTA ESTRATÉGICA DA REGIÃO NO TURISMO BENEFICIA SANTA CRUZ

Com a Madeira a fechar 2022 com 9,6 milhões de dormidas e com um ano de 2023 em que se prevê superar a fasquia e atingir os 10 milhões, o Grupo Parlamentar do PSD destacou, numa visita ao Hotel Rocamar, integradas nas Jornadas Locais em Santa Cruz, a estratégia seguida pelo Governo Regional que permitiu atingir estes resultados, mas também a resiliência e empenho de todos os agentes que operam neste setor, que não baixaram os braços, mesmo no período mais complicado da pandemia.

Na ocasião, o deputado Rafael Carvalho salientou que “o forte investimento do Governo Regional na promoção do destino Madeira e a entrada da terceira companhia aérea, que possibilitou o aumento do número de rotas e origens, permitiu um crescimento de cerca de 20% do número de turistas na nossa Região”.

Em 2023, realçou, “a Madeira tem superado todas os resultados de 2019, pré-pandemia, as empresas do setor turístico têm obtido melhores taxas de ocupação e, naturalmente, mais ganhos”.

“Hoje, o Revpar é muito superior aos anos anteriores e com isso ganham não somente os empresários do setor, mas também os trabalhadores que podem beneficiar de melhores rendimentos”, uma vez que, tal como referiu, “o turismo contribui decisivamente para a diminuição da taxa de desemprego, para a valorização dos tetos salariais e para o bem-estar das famílias”.

O deputado lembrou que também o concelho de Santa Cruz tem beneficiando com este novo dinamismo do turismo, apresentando grande potencial para crescimento deste setor, sobretudo pela proximidade com a infraestrutura aeroportuária.



Contudo, não tem existido, segundo o deputado, a capacidade por parte do Executivo Municipal, liderado pelo JPP; para um verdadeiro investimento nesta área, recordando que Santa Cruz é o único concelho a cobrar ecotaxa Turística, tendo duplicado o valor no início deste ano, mas a mesma não é aplicada na razão que a fundamentou, o turismo.

“O concelho tem mar, tem serra, monumentos que devem ser preservados, devem ser promovidos e valorizados e são completamente esquecidos pelo município”, disse, dando o exemplo da praia dos Reis Magos e da praia de Santa Cruz alvo

recentemente de um atentado ambiental ou ainda do Cristo Rei, que está completamente ao abandono.

Nesse sentido, Rafael Carvalho considera que Santa Cruz “tem grandes capacidades de crescimento, de melhorar a sua qualidade e tem merecido a atenção do Governo Regional, mas tem sido ignorada pela Câmara no que diz respeito às potencialidades do turismo”, reforçando que o concelho não pode ser apenas aproveitado para dormitório pela sua proximidade ao Funchal e ao aeroporto.

“É necessário criar condições para que Santa Cruz se assuma também como um polo turístico por aquilo

que tem para oferecer a quem visita e para isso é necessário criar mais e melhores espaços e atrações turísticas”, acrescentou Rafael Carvalho, salientando que essa visão de sustentabilidade da oferta turística tem falhado ao município.

“O turismo de Santa Cruz vive da aposta dos empresários que acreditam nas potencialidades do concelho, investem, melhoram as suas infraestruturas, criam emprego e muitas vezes têm a Câmara não como parceiro, mas como um obstáculo ao seu desenvolvimento, cuja principal preocupação é a de cobrar ou taxar”.

3,9 MILHÕES DE EUROS PARA REQUALIFICAR ESCOLAS DA ILHA TERCEIRA



O PSD da Terceira elogiou “a aposta” do Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM), na requalificação da rede escolar da ilha, “através da abertura de concursos para obras de reabilitação, num valor superior a 3,9 milhões de euros, respondendo a uma necessidade que a comunidade educativa reclama há anos”.

“Antes tarde do que nunca”, referiu a deputada do PSD dos Açores, Sabrina Furtado, citada num comunicado de imprensa, na sequência do despacho publicado, em “Diário da República”, no dia 2 de maio de 2023, que torna acessível às freguesias das regiões autónomas estas verbas.

A deputada salienta que se estava perante “uma injustiça clara”, uma vez que o despacho que criou o programa Apoiar Freguesias referia que o apoio financeiro a conceder teria apenas como beneficiários as freguesias do continental, excluindo todas as autarquias dos Açores e da Madeira.

Tratava-se de “mais uma atitude discriminatória do Governo da Repú-

blica em relação aos Açores e à Madeira”, aponta a deputada, lembrando que há cerca de duas semanas o parlamento açoriano aprovou por unanimidade um projeto de resolução de PSD, CDS-PP e PPM a exigir ao Governo da República a inclusão das juntas de freguesia das regiões autónomas no programa nacional.

Sabrina Furtado recorda ainda que o prazo para apresentação das candidaturas terminou em 17 de abril, sem que tivessem sido efetuadas quaisquer alterações para abranger as juntas de freguesia das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

“Finalmente, houve agora esta correção, que é mais do que justa, uma vez que as juntas de freguesia tive-

ram um papel crucial no combate à pandemia da covid-19, principalmente na prevenção, proteção e proximidade às populações, que a elas recorreram”, assinala a deputada do PSD dos Açores.

O programa “Apoiar Freguesias” comparticipa a 100%, até ao máximo de 75 mil euros por freguesia, os gastos com equipamentos e dispositivos médicos, equipamentos de proteção individual, testes, análises laboratoriais e outros meios de diagnóstico, medicamentos, assistência de emergência a população vulnerável, ações de sensibilização e sinalização relativas à prevenção da doença e ações de desinfeção e disponibilização de desinfetantes.

As freguesias devem agora apresen-

tar a sua candidatura à Direção-Geral das Autarquias Locais, por via eletrónica, no prazo máximo de 30 dias após a entrada em vigor do regulamento.

Em 17 de março, foi publicado em “Diário da República” o regulamento do programa, determinando que as freguesias têm 30 dias contínuos para se candidatarem a um total de cinco milhões de euros para ressarcir as despesas realizadas em 2020 no combate à pandemia de covid-19.

Em 21 de abril, o parlamento açoriano aprovou por unanimidade uma resolução da coligação PSD/CDS-PP/PPM que apelava ao Governo da República para estender o programa nacional às freguesias das regiões autónomas.

NOVA UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DO FAIAL “CORRESPONDE ÀS EXIGÊNCIAS DA POPULAÇÃO”



Salomé Matos, deputada do PSD dos Açores, considera que as novas instalações da Unidade de Saúde de Ilha do Faial (USIF) “correspondem às exigências da população”, tendo destacado que foram “corrigidas as falhas de planeamento” do anterior governo.

“Foi o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) que envidou esforços para ultrapassar os atrasos causados pelas falhas de planeamento do anterior governo socialista. É graças ao atual Governo dos Açores que a USIF reúne as condições para continuar a atividade, correspondendo às exigências da população ao nível da prevenção,

acompanhando o utente ao longo do seu ciclo de vida”, realçou.

A parlamentar social-democrata salientou que a abertura das novas instalações da USIF “só foi possível após a conclusão de todo um complexo processo de apetrechamento das novas instalações”, dado que a anterior governação do PS “deixou quase tudo por fazer”.

“Em causa estavam a falta de equipamentos, o subdimensionamento estrutural em termos de espaço de arquivo e armazenamento para material clínico e não clínico, falhas ao nível da sinalética e problemas na rede informática. Toda esta herança de falhas de planeamento foi

ultrapassada pelo Governo da Coligação”, disse.

Salomé Matos lamentou “que não tenham sido salvaguardadas as condições adequadas às necessidades das valências da USIF, uma vez que a estrutura foi considerada concluída pela governação socialista, sem que estivesse devidamente equipada ou sequer fizesse face às exigências de segurança”.

A deputada do PSD dos Açores não deixa de reconhecer, por outro lado, “que ainda há aspetos a melhorar, como a fixação de recursos humanos ou o desgaste do parque automóvel da USIF, que não mereceram a devida atenção dos governos so-

cialistas que deixaram uma herança pesada”.

Para Salomé Matos, “a governação socialista descuidou a passagem à reforma de vários médicos. A última vez que a governação socialista abriu um concurso para a contratação de médicos para a USIF foi em 2015”.

A parlamentar social-democrata lembrou a “negligência” dos governos do PS, que “nunca acautelaram a substituição dos médicos no limite de idade no devido tempo, com as implicações que isso tem na atualidade”, finalizou.



PSD SUBLINHA AVANÇO DA EMPREITADA DA ESTRADA REGIONAL TRANSVERSAL EM SÃO JORGE

Paulo Silveira, deputado do PSD dos Açores eleito por São Jorge, saudou o avanço da empreitada de beneficiação da Estrada que liga o norte e o sul da ilha, uma via regional “que carecia, há muito, de uma intervenção profunda, levada agora a cabo pelo Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM)”, adiantou.

A adjudicação, no montante de cerca de 7 milhões de euros, “traduz um investimento incluído na versão final do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), entregue à Comissão Europeia por este Governo Regional, que agora concretiza uma obra relevante para a economia e para os habitantes de São Jorge”, sublinhou.

Para Paulo Silveira, “esta é uma ação concreta e efetiva de melho-

ria das condições de acessibilidade e segurança rodoviária de uma importante estrada, que liga o norte e o sul da ilha, numa extensão de 13 quilómetros, entre a Urzelina e Santo António, e que é muito utilizada”.

“Trata-se ainda de uma importante valia para o setor agrícola, pois serve de acesso a diversas explorações agrícolas, sendo certo que será também vantajosa para o setor do Turismo, pois permite aceder às zonas mais altas da ilha e a diversos trilhos pedestres”, reconheceu o deputado social-democrata.

Paulo Silveira lembra “a negligência, ao longo dos tempos, pela manutenção e conservação daquela estrada regional, por parte dos anteriores governos de maioria socia-

lista, que deixaram aquela via num elevado estado de degradação na sua pavimentação”.

“Coube agora ao Governo da Coligação assumir claramente a obra como uma prioridade, adequando o traçado da via às normas em vigor, e contribuindo para a redução do consumo de combustível por parte dos utilizadores daquela estrada”, refere.

“Este é um investimento que a todos deve congratular, independentemente da cor partidária, pois nunca chega tarde quem vem resolver um problema há muito denunciado pela população jorgense, e que os anteriores governos não foram capazes nem estiveram interessados em resolver”, concluiu.

MADEIRA ESTÁ NUMA “SITUAÇÃO BASTANTE EQUILIBRADA” NO QUADRO DA UNIÃO EUROPEIA

O Presidente do Governo da Madeira entende que a região autónoma está numa “situação bastante equilibrada” no contexto da União Europeia, sublinhando que a ideia do “pobrezinho de mão estendida no meio do Atlântico” já foi ultrapassada.

“A Madeira está numa situação bastante equilibrada, porque o estatuto que conseguimos de região ultraperiférica é muito importante e, sobretudo, temos contacto com dois grandes países da União Europeia: a França e a Espanha”, disse Miguel Albuquerque.

O governante madeirense falava dia 23 de junho na apresentação do Programa Regional Madeira 2030, no Funchal, que mobiliza uma verba na ordem dos 760 milhões de euros, sendo 441 milhões provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 319 milhões do Fundo Social Europeu (FSE).

A estes 760 milhões de euros acrescentam 136 milhões de euros do Fundo de Coesão e 16 milhões do INTERREG MAC.

Na altura, o Presidente do Governo da Madeira defendeu ainda que, “se a Europa quer ser, e deve ser, uma potência mundial, tem de ter uma visão geopolítica do seu espaço e nada melhor do que aproveitar aquilo que já tem, que é uma posição geopolítica física no Atlântico, nas Caraíbas, na América do Sul e no Índico”, referindo-se às Regiões Ultraperiféricas (RUP).

O chefe do executivo PSD/CDS-PP realçou que as regiões ultraperiféricas inverteram o discurso na relação com as instituições comunitárias, tornando-o “mais acutilante e positivo”, ultrapassando também “a ideia do pobrezinho que está de mão es-

tendida no meio do atlântico à espera da esmola da União Europeia”.

“As regiões constituem uma mais-valia fundamental a baixo custo para a Europa se afirmar no mundo”, declarou, lembrando, por outro lado, que 90% da biodiversidade da União Europeia está nas RUP.

O Programa Regional Madeira 2030 definiu cinco grandes áreas de investimento dos fundos europeus até ao final da década, nomeadamente conhecimento e inovação (190,5 milhões de euros), adaptação às alterações climáticas, ambiente e transição energética (126,5 milhões de euros), acessibilidades externas e resiliência às alterações climáticas (60 milhões de euros), qualificações, emprego, inclusão e combate à privação material (49 milhões de euros do FEDER e 299,8 milhões de euros

do Fundo Social Europeu), competitividade e desenvolvimento socioeconómico local (15 milhões de euros).

Na sequência destes investimentos, o executivo madeirense estima incrementar em 15% o valor do Produto Interno Bruto (PIB) regional, aumentar a percentagem da população entre os 30 e os 34 anos com ensino superior ou equiparado e reduzir o abandono escolar precoce, tendo como objetivo alcançar uma taxa de 7% em 2030.

O Governo Regional espera também aumentar a percentagem de população adulta (25 – 64 anos) abrangida por ações de aprendizagem ao longo da vida e reduzir a taxa de desemprego jovem para 15%.

Por outro lado, pretende atenuar em 10% as assimetrias territoriais e aumentar para 20% a participação dos

recursos energéticos renováveis, bem como reduzir o consumo de combustíveis fósseis em 46% e as emissões de gases com efeito estufa em 55%, tendo por referência o ano de 2005.

O Governo madeirense espera ainda implementar medidas de inclusão social que reduzam em 25% a população a viver em situação de pobreza ou exclusão até 2030.

As RUP estão distribuídas por três Estados-membros – Portugal (Madeira e Açores), Espanha (Canárias) e França (São Martinho, Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa, Reunião e Maiote) –, representando 1% da população da União Europeia (cinco milhões de habitantes) e beneficiam de um estatuto especial, que permite a adoção de medidas específicas de apoio.



Povo Livre

Número 493 • 25 de Janeiro de 1984 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director interino: J. CORDEIRO PEREIRA

PLENAMENTE ALCANÇADOS OS OBJECTIVOS DA VIAGEM DE MOTA PINTO AOS E.U.A.

Mota Pinto afirmou que Portugal e os Estados Unidos estão em condições de assinar o acordo técnico relativo à Base das Lajes, o que deverá suceder brevemente.

À chegada dos Estados Unidos, onde foi a convite das autoridades desse país, Mota Pinto disse que a assinatura do documento será feita em Lisboa. Possivelmente pelo ministro norte-americano da Defesa, Caspar Weinberger, que aceitou o convite que lhe foi feito para visitar Portugal.

O vice-primeiro-ministro acrescentou que acordara com as autoridades norte-

-americanas que fosse feita de imediato a fixação do valor em dólares de equipamento necessário às forças armadas portuguesas e como contrapartida da Base das Lajes.

Ficou ainda acordado que, no mais curto prazo, os Estados Unidos irão passar a reparar nas oficinas de Alverca aviões seus estacionados na Europa. Segundo Mota Pinto aquelas oficinas não só dispõem da necessária capacidade técnica para essa reparação, como podem oferecer aos norte-americanos preços mais competitivos do que outros países da Europa.

Outra das questões

tratadas pelo dirigente português nos Estados Unidos foi a aplicação do aeroporto de Porto Santo e da construção das fragatas que estavam previstas para a Marinha portuguesa com o auxílio da NATO. Mota Pinto disse que está prevista uma «reunião decisiva» a efectuar-se em Portugal no princípio de Fevereiro.

Mota Pinto confirmou que irá «provavelmente» haver em Portugal uma estação norte-americana de rastreio de satélites, mas salientou que a localização ainda não está definida. Acrescentou que a localização será um dos aspectos

técnicos a debater com Washington, bem como as necessárias contrapartidas, cujas negociações — disse — «estamos em condições de iniciar brevemente», desmentindo, no entanto, que estejam em curso quaisquer conversações com os norte-americanos relativamente à Base de Beja.

Mota Pinto foi recebido pelo vice-presidente George Bush, e pelo ministro da Defesa, Caspar Weinberger, e encontrou-se com representantes da comunidade portuguesa da Califórnia, que é actualmente de cerca de 500.000 elementos.



**CONGRESSO
ACIONAL
DOS
BALHADORES
SOCIAIS
DEMOCRATAS**

**Moções aprovadas
Órgãos eleitos**

PÁGINAS 4-6

PSD VENCEU DUAS ELEIÇÕES LOCAIS

O PSD venceu as eleições intercalares para a freguesia de Rocas do Vouga, concelho de Sever do Vouga, com 406 votos num total de 890, obtendo seis dos 13 mandatos.

Em segundo lugar ficou o PS com 235 votos, seguido da APU com 132 votos e do CDS com 97.

O PSD venceu também com 982 votos, num total de 2662, as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Cela Nova, no concelho de Alcobaça.

O PSD obteve a maioria absoluta na Assembleia de Freguesia com nove lugares dos 13 existentes.

COMISSÃO DE TRABALHADORES
DA

Setenave

VOTA LISTA "C" em 25/1/84



EDIÇÃO N.º 493 do "Povo Livre" | de 25 de janeiro de 1984.

"Plenamente alcançados os objetivos da viagem de Mota Pinto aos EUA".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO

TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 7 de julho (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00, no Hotel Mercure em Braga, sita Av. João XXI com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação do relatório de contas de 2022;
3. Aprovação do orçamento de 2023;
4. Análise da situação política.

SECÇÕES

ALCOUTIM

ANULAÇÃO DAS CONVOCATÓRIA PUBLICADA NO POVO LIVRE DE 31 DE MAIO 2023 ALCOUTIM

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes, para a Eleição dos Órgãos de Secção de Alcoutim, do Concelho de Faro, a reunirem em Assembleia, no dia 29 de julho (sábado) de 2023, entre as 15H00 e as 17H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Alcoutim;
2. Eleição da Comissão Política de Secção de Alcoutim.

Notas A Eleição decorrerá no Armazém do Sr. Jaime Cardeira, sita na Rua de S. Sebastião em Martinlongo, entre as 15H00 e as 17H00

As listas de candidatos para os Órgãos de Secção deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede respetiva.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada para o próximo dia 6 de julho (quinta-feira) de 2023, pelas 21H00 no Salão das Carochas, sita no Largo Conde Ferreira 11º, Almada com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Balanço Autárquico.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 7 de julho (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes B1-1º, Sala B, em Anadia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política.
- Nota: Se à hora marcada, não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 21H30, com qualquer número de militantes presentes.

BARCELOS

Ao abrigo do posto nos artigos 53 º, 54º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Barcelos, para reunir em Assembleia de Secção, do Distrito de Braga no próximo dia 14 de julho de 2023 (sexta-feira), pelas 21H30, na Sede de Junta de Freguesia de Arcozelo, sita na Praceta Correio Mor nº 5, Arcozelo, Barcelos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações
2. Análise da situação política
3. Outros assuntos.

COVILHÃ

Nos termos do art.º 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã para reunir no próximo dia 6 de julho de 2023, (quinta-feira) pelas 21H00, no Edifício da Sede da Junta de Freguesia de Unhais da Serra, sita na Rua da Junta de Freguesia 1, na freguesia de Unhais da Serra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

ELVAS

ANULAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO DE ELVAS PUBLICADA NO POVO LIVRE DE 21 DE JUNHO DE 2023

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para um plenário ordinário no dia 10 de julho de 2023 (segunda-feira), pelas 21H30, na Sede do PSD de Guimarães, sita no Largo do Tournal nº 125, em Guimarães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das contas de 2022;
2. Plano e orçamento 2023;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Lourinhã, para reunir no dia 29 de julho (sábado) de 2023, entre as 18H00 e as 21H00 na Sede da Concelhia do PSD da Lourinhã, sita na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, 4 Cave – Lourinhã, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção do PSD Lourinhã;
2. Eleição da Comissão Política de Secção do PSD da Lourinhã.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas a partir das 18H00 e encerrarão às 21H00.

MONÇÃO

ANULAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO PUBLICADA NO POVO LIVRE DE 14 DE JUNHO DE 2023

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monção do Partido Social Democrata, para reunir no próximo dia 26 de julho, pelas 21H00 na Sede da Secção sita na Rua Direita nº 117, em Monção, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação de contas do ano 2022;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros assuntos.

MONTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Montalegre, para reunir no próximo dia 16 de julho (domingo), pelas 14H30, na Sede do PSD de Montalegre, sita na Praça de França, nº 395, Loja 4-A do Edifício Cabrilho, em Montalegre, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação política.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para uma sessão ordinária a realizar no próximo dia 12 de julho de 2023 (quarta-feira), pelas 21H30, na Sede do PSD/Pombal, sita na Rua Dr. Luís Torres, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
2. Informações da Comissão Política de Secção;
3. Análise da situação político-partidária;
4. Outros Assuntos.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes para reunir, em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Setúbal, no dia 6 de julho (quinta-feira) de 2023, às 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas,

n.º 23, 1.º Esq., em Setúbal, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 – Informações;
 - 2 – Análise da situação político-partidária.
- Nota: De acordo com os Estatutos Nacionais do PPD/PSD, não estando presentes mais de metade dos militantes da Seção, a Assembleia de Seção pode deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Tavira para reunir no dia 12 de julho de 2023 (quarta-feira), pelas 21H00, na Sede da Secção de Tavira do PSD, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, nº 9 – J1, em Tavira com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, Discussão e Aprovação do Relatório de Contas referente a 2022;
2. Análise da Situação Política;
3. Outros assuntos.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Tomar, para reunir no próximo dia 13 de julho (quinta-feira) de 2023, pelas 20H30 na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, 57-A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações e Análise da Situação Política;
2. Outros assuntos.

NÚCLEOS

AVINTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Avintes - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 29 de julho de 2023 (sábado), pelas 15H00, em sistema de urna aberta, na Sede Concelhia do PSD Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único - Eleição da Comissão Política do PSD do Núcleo de Avintes.

Notas - As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A Sede estará aberta no último dia das 21H00 às 24H00.

As urnas estão abertas das 15H00 às 17H00.

CANELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canelas – Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 29 de julho de 2023, (sábado) pelas 15H00,

em sistema de urna aberta, na Sede da Secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Núcleo do PSD de Canelas.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A Sede estará aberta no último dia das 21H00 às 24H00.

As urnas estão abertas das 15H00 às 18H00.

CONVOCATÓRIAS JSD



SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia de Alijó, para reunir no próximo dia 02 de setembro, Sábado, pelas 14h00, na sede da JSD de Alijó, sita na Rua Cimo de Vila 5070-047 Alijó, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário Concelhio.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Mesa do Plenário distrital ou a quem a substitua até as 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede da JSD de Alijó, sita na Rua Cimo de Vila 5070-047 Alijó. O ato eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 16h00.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da JSD de Vagos para Assembleia Eleitoral a reunir no próximo dia 29 de julho de 2023, pelas 14h, na sede do PSD de Vagos, sita na Rua Cândido dos Reis. 440 – R/c DTº. 3840-560 Vagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições Comissão Política e Mesa do Plenário;

Notas:

As urnas estarão abertas entre às 14h e às 17h;

Entrega das listas candidatas ao presidente da

Mesa do Plenário da JSD de Vagos, em mãos ou por e-mail - vagosjsd@gmail.com, até as 23h59 do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 21/06/23 NÚCLEO DA QUARTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Quarteira - Loulé, para reunir no próximo dia 22 de julho de 2023 (sábado), pelas 15H00, em sistema de urna aberta, na Sede da Junta de Freguesia de Quarteira sita à Rua Vasco da Gama 85, em Quarteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política da JSD do Núcleo de Quarteira.

Notas - As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção de Loulé, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas das 15H00 às 17H00.

Nota: uma vez que o partido não tem uma sede na freguesia de Quarteira, o único espaço que pode acolher o ato eleitoral será a sede da junta de freguesia, sendo que, a disponibilidade é apenas no dia 22 de julho.